

Submissão ao FMI faz desemprego aumentar

Não é segredo para ninguém que o Governo Lula optou por seguir a política econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI) neste início de governo. Os argumentos são contraditórios. Alguns membros do Governo, entre eles o próprio Lula, dizem que não havia outra opção; ou fazia isso ou o País sofreria um violento ataque do capital financeiro internacional, dos países imperialistas e do FMI – e a situação econômica ficaria fora de controle. Outros, como o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, dizem que a política monetária e fiscal adotada é permanente e que superávit primário, controle da inflação e ajuste fiscal são pressupostos de qualquer economia.

Mas, independentemente de qual tenha sido a verdadeira razão, é fato que a atual política econômica é a mesma imposta pelo FMI ao Brasil há décadas e que nos últimos anos teve em Fernando Henrique Cardoso e em Pedro Malan seus principais entusiastas. Ela foi, sem dúvida, foi uma das principais causas da fragorosa derrota eleitoral do candidato de FHC, José Serra, nas eleições para a Presidência da República no ano passado.

Um dos eixos centrais dessa política econômica é a meta imposta pelo FMI de obtenção de um grande superávit primário (superávit primário é a economia feita pelo governo para garantir o pagamento dos juros). Assim, o Governo Lula se comprometeu com o FMI a alcançar este ano 2003 um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) ou R\$ 68 bilhões (Em 2002, a meta de superávit foi 3,75% do PIB). Até maio deste ano, o superávit chegou a 5,75% do PIB, garantindo R\$ 36,98 bilhões para o pagamento dos juros da dívida.

Para atingir este resultado o país pagou muito caro. Um grande arrocho vem sendo realizado nos investimentos e gastos sociais do governo, agravando em muito a já precária situação em que vive o povo brasileiro. De fato, em todos os ministérios das áreas sociais do governo ocorreram cortes. O Ministério das Cidades, por exemplo, responsável por programas de saneamento e infra-estrutura urbana teve seu orçamento reduzido de R\$ 1,97 bilhão para R\$ 206,5 milhões, uma redução de 85% das verbas destinadas a investimento e custeio de programas.

Outro programa afetado foi o Peti, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. No Brasil são apenas 810 mil crianças que recebem bolsas para abandonarem o trabalho infantil e freqüentarem a escola. No entanto, graças ao arrocho imposto pelo FMI, desde novembro de 2002, ocorrem atrasos no pagamento das bolsas. A consequência, segundo o Fórum do Trabalho Infantil, é que milhares de crianças nos estados de Pernambuco e na Bahia, voltaram a trabalhar, muitas delas nos lixões.

Também, em consequência de cortes de verbas, encontra-se paralisado o já tímido programa de reforma agrária. Até junho, foram assentadas somente 3.000 famílias, quando a meta para todo o ano é assentar 60.000 famílias. Até o ministro da Reforma Agrária, Miguel Rosetto, reconheceu a morosidade do seu ministério. Tal situação deixa, pois, como única alternativa para os milhões de famílias sem-terra existentes no país, as ocupações. Na educação, o corte de verbas foi tão grande que além de não conseguir reajustar o valor do bolsa-escola, o Ministro da Educação, Cristovam Buarque, chegou ao disparate de defender a cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

Desemprego chega a 20,6% em São Paulo

Outra consequência dessa política econômica – e ainda mais dramática – foi o aumento do desemprego no País. Segundo o Ministério do Trabalho, só nos primeiros meses deste surgiram 583 mil novos desempregados nas grandes cidades. Por sua vez, pesquisa do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou no mês de maio, na Região Metropolitana de São Paulo, uma taxa de desemprego de 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA). Ainda segundo a pesquisa, dos 9,508 milhões de pessoas que estavam no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo, 1,959 milhão não tinha uma ocupação. Foi o segundo mês consecutivo em que a taxa se manteve no nível mais alto desde 1985, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e pelo Dieese.

A situação de desemprego no Brasil é tão grave que bastou a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciar que teria algumas vagas de gari, com salário de R\$ 610,00, para 20 mil pessoas por dia irem para uma fila se candidatar ao emprego. O sargento da Polícia Militar fluminense Sérgio de Oliveira Salles, de 50 anos, que cuidou da segurança, assim descreveu o drama dos desempregados que viu nas filas: “Já servi no Batalhão de Choque, já vi muito movimento grevista e muita passeata. Aquilo que eu vi no Sambódromo na segunda-feira foi o que mais me marcou. Não era gente querendo aumento, reivindicando alguma coisa. Eram brasileiros querendo trabalho para comprar o pão de cada dia, que está faltando em suas casas. Eu dei a volta em todo o Sambódromo. A minha profissão exige que deixe a emoção de lado. Houve senhoras que me pararam, contando seus casos. Eu ouvia e não tinha nada a oferecer. Nada a dizer. Houve uma hora em que chorei. Mais tarde, contando o episódio, voltei a chorar. Nunca vi coisa igual e espero não voltar a ver”.

Se não bastasse, o Governo, também para garantir o superávit primário, encaminhou ao Congresso Nacional a chamada Reforma da Previdência que, na verdade, não é outra coisa senão a taxação em 11% dos servidores públicos aposentados e o aumento do tempo de contribuição desses servidores. Segundo o ministro Ricardo Berzoini, com as mudanças no sistema de Previdência o Governo não tem a pretensão de acabar com déficit previdenciário, mas obter em sete anos (de 2004 a 2010) uma economia de R\$ 21 bilhões (R\$ 3 bilhões por ano).

Como vimos, porém, somente neste primeiro semestre de 2003 o Governo economizou, para gastar com juros, R\$ 36,98 bilhões, quase duas vezes a economia que terá em sete anos com a taxação dos aposentados. Bastaria, portanto, apenas uma pequena redução da atual taxa de juros fixada pelo Banco Central e que reajusta os títulos da dívida pública em reais, para que se obtivesse em apenas alguns meses o mesmo – ou até mais – que o Governo espera obter dos já sacrificados servidores públicos brasileiros que, inclusive, estão há mais de sete anos sem reajuste salarial.

Romper com o FMI e mudar a política econômica

Tem mais. Após exigir que o País passe por todo esse sufoco, a nova imposição do FMI é para o Brasil se submeter à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) a fim de facilitar o domínio e o controle, pelos EUA, da nossa economia. Como prova recente declaração do diretor-gerente do FMI, o alemão Horst Köhler, que cobrou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos líderes dos outros países da América Latina a aceitação da proposta dos Estados Unidos para criação da Alca. Segundo ele, a proposta dos EUA é “bem-vinda” e necessária para diminuir a vulnerabilidade externa dos países da América Latina (**A Verdade nº39**).

Como vemos, a política econômica do FMI, tão entusiasticamente defendida pelo ex-trotskista e atual Ministro da Fazenda Antônio Palocci, aprofundou a miséria e o desemprego e continua a ser uma séria ameaça à soberania nacional. Tal situação, entretanto, não é nenhuma surpresa. Todos os países que têm se submetido à política do FMI e cumprido os acordos assinados com esse órgão – que existe e trabalha para defender os interesses do capital financeiro internacional e dos países imperialistas – têm tido resultados desastrosos em suas economias, com recessão, desemprego crescente, perda de patrimônio público, crescimento da pobreza e da fome e aumento da dívida externa.

Está claro que o prosseguimento de tal política só trará maiores sacrifícios e sofrimento para o povo brasileiro. Portanto, é preciso, urgentemente, a luta de todo o povo, em particular dos trabalhadores, pela imediata mudança dessa política econômica, rompendo com a ditadura do capital financeiro e do FMI em nosso país.

Luiz Falcão, membro do Comitê Central do PCR
Publicado **A Verdade** nº 41